



A Santa Sé

VIAGEM APOSTÓLICA DO SANTO PADRE AO BRASIL
(30 DE JUNHO - 12 DE JULHO DE 1980)

DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AOS MEMBROS DO CORPO DIPLOMÁTICO
ACREDITADO JUNTO DO GOVERNO BRASILEIRO

Nunciatura Apostólica

Brasília, 30 de Junho de 1980

Excelências Senhoras Senhores

Desde este primeiro dia passado na capital brasileira, me sinto eu muito feliz ao encontrar-me com os Chefes e os membros das missões diplomáticas acreditadas junto do Governo deste país. Muito vos agradeço que tenhais vindo esta tarde a este encontro com o Papa, que tem ele próprio representantes na maioria dos vossos países.

Expressando-vos, a todos e a cada um, as minhas saudações cordiais, penso também em todas as nações de que sois filhos e que representais junto do Brasil. E é a todos estes povos, dispersos pelo continente americano e pelos outros continentes, que expresso a estima e os votos sinceros da Igreja; esta quer mostrar-se católica, isto é, universal, aberta a todas as sociedades humanas a que deseja a expansão original, graças ao desenvolvimento do que há de melhor em cada país, em cada cultura e em cada homem.

O vosso cargo de diplomatas toma lugar entre os nobres meios que ajudam a aproximação dos povos, a estima recíproca e o entendimento, as trocas e a colaboração mútua cultural ou económica, digamos, a paz.

A via diplomática é uma via de sabedoria, neste sentido: conta com a faculdade dos homens de boa vontade de se escutarem e compreenderem, de encontrarem soluções negociadas e progredirem a par, em vez de se enfrentarem. Hoje mais que nunca, os problemas da paz, da

segurança e do desenvolvimento não se limitam às relações bilaterais: trata-se de um conjunto complexo ao qual deve cada país trazer a sua contribuição para melhorar relações internacionais, não só para afastar os conflitos ou diminuir as tensões mas para enfrentar de maneira solidária os grandes problemas do futuro da humanidade que nos dizem respeito a todos.

E nisto deve desejar-se que cada homem, particularmente os responsáveis pelas nações e portanto os representantes delas, tenham convicções e princípios, capazes de promover o bem verdadeiro das pessoas e dos povos, no interior da Comunidade internacional. É isto também que deseja testemunhar a Santa Sé oferecendo ao campo das consciências a sua contribuição específica.

No enquadramento deste breve encontro, quase não posso senão evocar estes princípios de paz interna e paz externa. Pode parecer banal sublinhar ter cada país o dever de preservar a sua paz e segurança no interior. Mas deve em certo modo "merecer" esta paz, assegurando o bem comum de todos e o respeito dos direitos. O bem comum de uma sociedade exige que esta seja justa. Onde falta a justiça, a sociedade está ameaçada pelo interior. O que não quer dizer que as transformações necessárias para conseguir maior justiça devam operar-se na violência, na revolução e na efusão de sangue, porque a violência prepara uma sociedade de violência, e nós, cristãos, não podemos concordar com ela. Mas quer dizer que há transformações sociais, às vezes profundas, para serem realizadas constantemente, progressivamente, com eficácia e .. realismo, por meio de reformas pacíficas.

Todos os cristãos têm parte neste dever, mas evidentemente a especial título os que exercem o poder, porque este encontra-se ao serviço da justiça social. O poder tem o direito de se mostrar forte para com aqueles que cultivam o egoísmo de grupo, com prejuízo do conjunto. Deve em todo o caso mostrar que está ao serviço dos homens, de cada homem, primeiro dos que mais têm necessidade de ajuda; a Igreja, por seu lado, esforçar-se-á sem cessar por recordar a preocupação dos "pobres", dos que estão desprotegidos de algum modo. Em nenhum caso é lícito ao poder permitir-se violar os direitos fundamentais do homem, e não tenho aqui de enumerar aqueles que muitas vezes mencionei, em particular no meu discurso de 2 de outubro do ano passado diante das Nações Unidas.

Perante os outros países, deve reconhecer-se a cada nação o direito de viver em paz e segurança, no próprio solo, sem sofrer injustas ameaças externas, sejam elas de ordem militar, econômica ou ideológica. Este ponto capital deveria encontrar a unanimidade dos homens de boa vontade e, atrevo-me a dizer, primeiramente dos diplomatas. Mas a não-ingerência não basta; porque não conseguiria significar senão indiferença diante da sorte dos povos que a natureza ou as circunstâncias históricas desfavoreceram, a ponto de hoje grande número dos filhos desses povos carecerem do mínimo necessário para uma digna vida humana, quer se trate de pão, de higiene ou de instrução. Há uma solidariedade internacional que se deve promover. Muito se fala dela, mas a realização é demasiado medida ou onerada por condições que fazem pesar novas

ameaças. Aqui, chega-se à paz por um desenvolvimento solidário, e não pela acumulação das armas do medo, ou dos impulsos de revolta, como eu o recordava recentemente na UNESCO.

É colocando-nos constantemente diante desta tarefa mundial de paz, na justiça e no desenvolvimento, que nós encontraremos as palavras e os gestos que, pouco a pouco, construirão um mundo digno dos humanos, aquele que Deus quer para os homens e do qual lhes confia a responsabilidade, esclarecendo-lhes a consciência. Foi a confiança que em vós tenho, caros diplomatas, que me levou a partilhar convosco este ideal. Deus vos inspire e vos abençoe! Abençoe as vossas famílias! Abençoe e proteja as vossas pátrias! Guie a Comunidade internacional pelos caminhos da paz e da fraternidade!